

Política

CONSTITUINTE

O senador Fernando Henrique, do PMDB, está assustado: "O governo malufou". E, segundo ele, está deteriorando a Constituinte, comprando parlamentares para votarem pelos cinco anos. Sua solução: uma campanha nacional contra tais métodos.

"Não existe mais nada. Nem dignidade".

O senador Fernando Henrique Cardoso não acredita nem no governo Sarney, nem na Assembléia Nacional Constituinte, e acha que a corrupção hoje atinge os mais variados setores da máquina administrativa e, pior que isso, chegou mesmo ao Congresso Constituinte, onde políticos estão se vendendo para aprovar os cinco anos de mandato para o presidente Sarney, ganhando emissoras de rádio e muito dinheiro.

Dizendo-se frustrado diante do atual quadro político, o senador Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que a Assembléia Nacional Constituinte perdeu por completo sua soberania. "Não existe mais nada. Nem soberania, nem dignidade, porque existem muitos políticos se vendendo para aprovar o que o presidente Sarney quer: os cinco anos. Quem lê os jornais constata que as negociações estão apodrecendo a Constituinte. Está instalada a corrupção eleitoral no Congresso", denunciou.

Segundo o parlamentar, o governo "malufou". Fernando Henrique disse que os métodos de aliciamento que o ex-governador de São Paulo empregava para obter votos de convencionalistas nas disputas dentro de seu próprio partido, o PDS, e para a Presidência da República, quando concorreu com Tancredo Neves, estão correndo a Constituinte e já se instalaram nas ações do governo. "O governo está comprando votos. É pior do que quem os vende são aqueles que levam o dinheiro para comprá-los", afirmou o senador condenando a ação governista.

Os culpados

Fernando Henrique Cardoso observou que, diante do que se vê de corrupção na Constituinte na tentativa de garantir cinco anos de mandato para o presidente Sarney, só lhe resta levantar novamente a bandeira que empunhou no passado para combater os métodos de aliciamento dos malufistas. "Temos de levantar a mesma bandeira do passado para combater a ação do governo Sarney, alimentada pela corrupção. Estamos todos nas mãos de Antônio Carlos Magalhães e de Prisco Viana", afirmou o senador peemedebista, acusando os ministros das Comunicações e da Habitação, políticos que foram do PDS e hoje estão no PMDB.

O senador aponta especialmente o ministro Antônio Carlos Magalhães como um dos principais culpados pela corrupção no Congresso Constituinte. Segundo Fernando Henrique, o ministro é o responsável — por estar à frente da Pasta das Comunicações — pelas inúmeras concessões de emissoras de rádio a parlamentares que vão votar pelos cinco anos de mandato. De sua parte, Fernando Henrique acha que não há mais o que conversar com o governo, e lembrou que Sarney, assim como Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana, era integrante do PDS, e passou para o PMDB para viabilizar a vitória de Tancredo Neves.

O senador paulista defendeu a organização de uma ofensiva das bases que sustentam politicamente os parlamentares que estão se deixando corromper. "Nós temos de denunciar esses políticos que estão se vendendo e as bases deles devem pressioná-los para que votem os quatro anos de mandato presidencial. As bases, os vereadores devem fazer esse pressão. Concordo que haja políticos que querem os cinco anos por considerarem melhor para o País, mas há aqueles que estão negociando, se vendendo. Isso é traição contra o povo". Mas, mesmo diante desse quadro caótico, Fernando Henrique Cardoso acredita na aprovação dos quatro anos de mandato presidencial no plenário da Constituinte. Segundo ele, muitos dos parlamentares que assinaram a emenda Tensen, apoiando os cinco anos, acabaram votando pelos quatro no plenário da Assembléia. "Não tenho dúvidas. Será aprovado o mandato de quatro anos e teremos eleições para presidente ainda este ano".

O ex-ministro explica como se corrompe

"Hoje, o tráfico de influência é todo feito para dar ao presidente Sarney o mandato de cinco anos", afirmou ontem, em Curitiba, o ex-ministro do Desenvolvimento urbano, Deni Schwartz, que confirmou a existência de grupos e empresas especializadas em agenciar a liberação de recursos para as prefeituras.

Segundo Schwartz — que deixou o governo em outubro passado — "é muito difícil acabar com o tráfico de influência dentro do governo federal. Isso só vai ser resolvido depois que a Constituinte definir as atribuições e recursos cabíveis à União, Estados e municípios".

Segundo Schwartz, o momento político "obriga o governo a ter na mão deputados e prefeitos", e com isso as verbas federais são usadas num jogo de interesses. Sobre as empresas especializadas no comércio de financiamentos junto ao governo federal, o ex-ministro lembrou que "nós as levamos ao conhecimento da imprensa e conseguimos inibir um pouco esse tipo de coisa". Mas, segundo ele, a situação preocupa porque envolve pessoal dos Ministérios, que alerta as empresas sobre os setores que receberão recursos federais. A partir disso, os "agenciadores" podem oferecê-los aos prefeitos. E o ex-ministro lembra que "a maioria dos projetos que chegavam ao Ministério, pedindo financiamento, tinha a mesma redação, só mudando o nome dos municípios, o que nos faz concluir que provinha de uma mesma fonte".

Aureliano: rotina eleitoral.

Apesar de continuar negando sua candidatura pelo PFL à presidência, o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, não fez outra coisa em sua viagem à hidrelétrica de Itaparica além de campanha: anunciou o fim do racionamento de energia na região do médio São Francisco, apertou as mãos de centenas de populares, pegou crianças no colo, conversou com líderes políticos e inaugurou placas de bronze.



F. Henrique: descrente.



Fogaça: contra o tempo.



Sarney: aplaudido na saída.

Sarney nem pensa mais nisso: acha que já ganhou os 5 anos.

Para o presidente Sarney, a decisão sobre a duração do seu mandato já foi tomada pela Assembléia Nacional Constituinte, com a apresentação da emenda que estabelece cinco anos, segundo afirmou ontem, em seu programa semanal "Conversa ao pé do rádio". Agora que a Constituinte já decidiu, disse que vai tentar fazer da melhor maneira possível que este tempo seja utilizado em benefício do povo brasileiro.

Antes de considerar que a apresentação da emenda já significava uma decisão sobre o assunto, o presidente Sarney afirmou que a proposta foi apresentada por um número superior à maioria absoluta da Constituinte, ou seja, 317 parlamentares. Com a decisão da Constituinte, Sarney disse que vai procurar multiplicar as horas e os minutos "para trabalhar e fazer tudo pelo nosso país".

"A democracia vive da periodicidade dos mandatos", disse o presidente, acrescentando que seria uma discriminação, "uma certa cassação, que deseja uma minoria radical, que o período do atual presidente fosse diferente do período dos outros presidentes". Depois de considerar o assunto decidido e prometer multiplicar o seu tempo, Sarney citou como boa notícia, como sinal de que as coisas estão melhorando, o fato de o novo ministro da Fazenda, Mafalon da Nóbrega, estar trabalhando bem e o governo mais coordenado e mais motivado.

Antes de começar a falar sobre o seu mandato, o presidente Sarney voltou a atacar aqueles a quem chama de pessimistas por dizerem que o País ia mal e ainda iria piorar no futuro. E passou a usar números para provar o contrário, segundo os quais o Brasil está entrando em 1988 melhor do que a maioria dos países mais ricos. Entre os exemplos de comparação, usou os Estados Unidos e o Japão. O primeiro cresceu só 2,7% em 1987 e o segundo 3,5%, enquanto o Brasil chegou a 4%.

Em 1987, segundo disse o presidente em seu programa semanal, "enquanto os pessimistas anunciavam um desastre nacional, a indústria crescia 1,5%, a agricultura crescia 12% e tivemos uma safra recorde: 65 milhões de toneladas". Mesmo assim, Sarney afirmou que muitos anunciavam a recessão. Mas, em sua avaliação, aconteceu o contrário: o Brasil cresceu. Daí, completou que em seu governo "o Brasil irá sempre em frente", porque "basicamente, fundamentalmente", a sua preocupação é o crescimento econômico. "Nada de atraso", concluiu.

O relator Bernardo Cabral e os seus relatores-adjuntos José Fogaça, Adolpho de Oliveira e Konder Reis já começaram a examinar as emendas substitutivas do Centrão, que se constituem um projeto substitutivo ao que foi votado pela Comissão de Sistematização. Cabral já observou um contradição: todos lhe criticaram a estabilidade — que afirma ser a garantia de emprego — mas o próprio Centrão fala em estabilidade "e na linha seguinte acaba com ela, substituindo-a pela indenização". Com o início de prazo de sete dias (que vai até quarta-feira à meia-noite) para apresentar pareceres individuais sobre cada uma das 2.045 emendas (sendo 29 substitutivas e destas, dez do Centrão) começou novamente o jogo de esconde-esconde que tem caracterizado o relator Bernardo Cabral a partir do momento em que ele começou a receber críticas. De manhã, ele reúne-se com seus relatores-adjuntos na casa de um deles, à tarde em outra, à noite numa terceira, às vezes num gabinete e no começo da próxima semana deverá desembarcar novamente no Prodasen.

Cabral já estuda emendas do Centrão. Preocupado. Ontem, pela manhã, eles trabalharam na casa do senador José Fogaça, e o relator Bernardo Cabral, lá encontrado, disse que estava trabalhando contra o relógio, analisando uma média de 300 emendas por dia. O deputado Adolpho de Oliveira (PL-RJ) informou que o grupo está examinando primeiro as emendas substitutivas do Centrão, embora, oficialmente, Bernardo Cabral não tenha recebido da Mesa da Constituinte nenhuma das 2.045 apresentadas. Oficiosamente, ele conseguiu cerca de mil emendas, que começou a examinar desde quinta-feira. O senador José Fogaça (PMDB-RS) con-

Rejeitadas as emendas do "Grupo dos 32"

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, rejeitou 11 das 2.045 emendas apresentadas ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização. Dessas 11 emendas, nove pertenciam ao "Grupo dos 32", liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), uma é do senador Marco Maciel e outra do deputado Aloysio Teixeira (PMDB-RJ). Todas estas sugestões eram individuais, embora trouxessem assinaturas de apoio de outros parlamentares. Elas deveriam entretanto ter sido entregues como emendas coletivas, acompanhadas de 280 assinaturas, porque substituíam o projeto da Sistematização, contrariando, assim, o regimento interno da Constituinte.

Ontem, durante todo o dia, os funcionários da Câmara à disposição da Constituinte concluíram o trabalho de conferência do número de assinaturas e autenticidade de cada uma delas. Essas emendas agora irão

para publicação. As 29 emendas coletivas, aí incluídas as dez do Centrão, foram aceitas porque continham um mínimo de 280 assinaturas e, a partir de agora, terão preferência para apreciação, a partir do dia 27.

As 11 propostas rejeitadas pelo presidente da Assembléia Nacional Constituinte não serão sequer apreciadas pelo relator Bernardo Cabral, e muito menos irão à votação. Elas apenas serão publicadas acompanhadas do parecer do deputado Ulysses Guimarães. As nove sugestões do "Grupo dos 32" promoviam alterações em todos os títulos do projeto de Constituição. A emenda do senador Marco Maciel defendia o presidencialismo e a do deputado Aloysio Teixeira referia-se à questão do índio.

Entre as 2.045 emendas, uma merece destaque: a do presidente da Constituinte. O deputado Ulysses Guimarães, em sua única alteração pretendida no projeto de Constituição, sugere que o número de deputados

por Estado e pelo Distrito Federal seja estabelecido pela Justiça Eleitoral, no ano anterior às eleições, proporcionalmente à população, fixando-se o número total de 540. Ele quer também que sejam feitos ajustes necessários para que nenhum Estado tenha menos de oito deputados e mais de 80. Em sua justificativa, Ulysses diz que a emenda fortalece o Poder Legislativo, beneficia os Estados, que terão suas representações aumentadas ou pelo menos mantidas e tem um elevado sentido democrático, porque aumenta o índice de representatividade da população. Atualmente, o número de deputados é de 487.

Trinta e três constituintes não entregaram nenhuma emenda ao projeto da Comissão de Sistematização. Um deles foi o próprio relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O ex-ministro Delfim Netto também não apresentou nenhuma sugestão.

DIRETAS

A idéia, agora, é uma manifestação simultânea em todas as cidades do País, para que a força da opinião pública apareça.

O Comitê Interpartidário Pró-Diretas está organizando, para o início de março, um Dia Nacional de Advertência em favor do mandato de quatro anos. Segundo o senador Afonso Camargo (PTB-PR), um dos líderes do Pró-Diretas, a manifestação será uma última tentativa de reverter a tendência atual dentro da Constituinte, que indica a aprovação de mandato de cinco anos. "Se o povo não se manifestar, a pressão do governo ganhará", prevê o senador. A idéia do Pró-Diretas é promover manifestações em to-

das as cidades brasileiras ao mesmo tempo, cuja organização ficaria a cargo das várias entidades. "Os grandes comícios não resolvem mais e queremos fazer uma coisa mais ampla, em que a força da opinião pública apareça, pedindo eleições diretas em 88", disse o senador. Segundo ele, a intenção é mostrar aos constituintes que quem votar a favor dos cinco anos ficará contra o eleitor, correndo o risco de não ser reeleito. A primeira reunião preparatória para o dia de advertência será feita no próximo dia 27,

em Brasília. O Pró-Diretas discutirá uma estratégia para a manifestação em uma reunião da qual devem participar presidentes e líderes de vários partidos e representantes de entidades civis, sindicais e empresariais. O encontro de Brasília também definirá a data exata do dia de advertência, inicialmente marcado para 4 de março. Para o senador Afonso Camargo, a questão do mandato deve ser votada até o final de março.

Força do ar

Outra tendência detectada

pelo senador Afonso Camargo é a da aprovação do seu projeto que modifica a propaganda eleitoral gratuita na televisão e no rádio. O projeto, que reduz de uma hora para 30 minutos o tempo destinado a cada partido que tenha representação no Congresso e/ou nas Assembléias Estaduais, já foi aprovado pelo Senado e encontra-se em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Segundo Camargo, o consenso que o projeto conseguiu no Senado deve se repetir na Câmara.

MAIS DOIS DIAS DE MANDATO

E isso já é demais para Sarney, segundo o candidato João Figueiredo.

Por mais que ele desminta, foi uma festa de candidato a que o ex-presidente João Baptista Figueiredo ofereceu ontem à tarde no seu sítio de Nogueira, em Petrópolis, àqueles que subiram a serra para abraçá-lo pelos 70 anos feitos ontem. A exceção do ex-presidente Geisel, não faltou ninguém. Estavam lá, levantando brindes à indicação de seu nome para presidente da República, quase todos os seus ex-ministros, auxiliares de todos os tipos, políticos, amigos e um sem-número de seguidores de última hora. Mas, principalmente, um grande contingente de militares da ativa, todos à paisana.

Loquaz, descontraído, o ex-presidente esperava cem pessoas e compareceram mais de 500. Os ressentimentos com a imprensa viraram coisa do passado. Figueiredo convidou um batalhão de jornalistas, que desde cedo se plantou à porta do Sítio do Dragão, e disse tudo que tinha direito. Disparou uma torrente de críticas ao governo Sarney, afirmando que, embora seja a favor dos cinco anos para qualquer presidente, acha que Sarney não deveria ficar nem mais dois dias no poder.

O ex-presidente deixou no ar a pergunta se vai ser realmente ou não candidato à Presidência da República pelo PSD (Partido Social Democrático), que um grupo formado por militares e civis quer ressuscitar. Figueiredo já leu o programa do PSD, acha que ele tem muito que ver com seus pontos de vista, mas ainda está indeciso, apesar da pressão que vem sofrendo para que aceite ser candidato à Presidência da República. Ele desmentiu uma possível aliança com Leonel Brizola; acha que os dois têm muito pouca coisa em comum, e acrescentou que a única maneira de apoiar o ex-governador do Rio de Janeiro é ele "largar as idéias dele e passar para as minhas".

O ex-presidente João Figueiredo não quis comentar o manifesto "em defesa da democracia" de seu irmão, general Euclides Figueiredo. Disse que ele é um cidadão e como tal pode dizer o que quiser. O próprio Figueiredo falou o que quis na festa-surpresa organizada pelo grupo de civis e



Na cavalariça: "as urnas dirão".

militares que apoiam sua candidatura à Presidência da República nas próximas eleições diretas. No começo da festa, o ex-presidente portou-se um tanto tímido com os jornalistas. A princípio enfatizava sempre que não seria candidato, que agradecia a indicação de seu nome, mas preferia continuar cuidando de seu sítio em Nogueira. Provocado, foi aos poucos tornando-se mais falante: "Vão ter que me buscar aqui, mas mesmo assim vou resistir".

O ex-presidente viu nos jornais o episódio que culminou com o cancelamento da viagem do presidente Sarney ao Rio na última quinta-feira, mas não se furtou ao comentário: "As manifestações representaram a insatisfação do povo com a crise". Alguém perguntou a Figueiredo se ele também não se julgava um pouco responsável por esta crise. O ex-presidente pareceu irritado, mas se recompôs dizendo que não havia deixado o povo passando fome.

O senhor não tem medo de ser usado por um partido político pequeno, que nesse momento pode estar apenas se aproveitando do senhor?

Você pensa que eu sou criança, ou burro? Se eu quiser fazer política, e não quero, tem que ser com os partidos que aí estão.

O senhor acha que a transição já acabou? Mas ela já começou?

Antes de ser literalmente engolido por abraços, Figueiredo voltou a fazer carga contra a política econômica brasileira. Ele acha que agora o País vive sob uma ditadura econômica, com choques heterodoxos e decretos-leis sem fim.

Embora também estivesse fazendo 45 anos de casado com dona Dulce Figueiredo, a ex-primeira dama do País não foi vista um só momento entre as centenas de pessoas que subiram a serra para homenagear Figueiredo. O próprio ex-presidente fez as honras da casa ao lado dos filhos, das noras e dos netos. Dona Dulce, segundo um segurança do sítio, estaria numa outra ala ajudando no jantar íntimo que família preparou. Estiveram no sítio 11 dos 14 ministros do governo Figueiredo. O ex-ministro do Exército, Walter Pires, foi abraçado por Figueiredo pela manhã junto com o ex-ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos. Mas nenhum deles quis conversar com jornalistas. O mais agitado era o ex-ministro César Cals, o principal líder civil do movimento que tenta levar Figueiredo novamente ao Planalto. Cals acha que o grupo vai aos poucos conseguir vencer a resistência de Figueiredo, que ele considera no momento o melhor candidato. E lembra, para justificar seu otimismo, que na última pesquisa do Ibope Figueiredo mereceu um segundo lugar em 300 municípios, só perdendo para Brizola, cujo nome ao ser mencionado entre os presentes na festa de Figueiredo mereceu de um dos convivas uma inesperada reação: "Vade retro satanás".

Como não podia deixar de ser, Figueiredo encerrou a festa com um discurso num palanque improvisado nas cavalariças. Usando microfone de um conjunto nordestino contratado para animar a festa, o ex-presidente disse: "Eles não têm como impedir que eu fale. E, candidato ou não, provavelmente não, as urnas é que dirão".

A UDR está com o Centrão. Mas quer as diretas-já.

O presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, afirmou ontem que a UDR apoia integralmente as emendas apresentadas pelo Centrão ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Caiado, que encerra seu mandato à frente da entidade no dia 27 de março, defendeu o presidencialismo, mandato de quatro anos para Sarney e seus sucessores, com eleições gerais neste ano. Disse que não é candidato a presidente da República (nem à reeleição na UDR), mas pretende influir nas eleições presidenciais a partir do trabalho de articulação da UDR com o Movimento Democrático Urbano (MDU), entidade civil congregadora de diversos segmentos sociais nas cidades. O MDU, segundo ele, deverá cumprir no meio urbano o que a UDR realizou no meio agrário.

O presidente da UDR revelou que a entidade, em conjunto com diversas organizações nacionais e regionais que integram a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, irá apresentar ao governo e aos constituintes projeto de lei agrícola que deverá estar concluído até o final de fevereiro, para ser apreciado durante a votação das leis ordinárias. Reunião com este objetivo foi realizada na sede da Confederação Nacional da Agricultura, no início da tarde de quinta-feira, em Brasília. Caiado visitou o articulador do Centrão, Roberto Cardoso Alves, acadêmico, "como médico e amigo". E nada quis revelar sobre o andamento das investigações que estão sendo realizadas pela Secretaria de Segurança de Goiás, com o acompanhamento da Polícia Federal, sobre a ameaça de sequestro e morte que ele próprio denunciou ao diretor-geral do DPF, Romeu Tuma, em dezembro. "Se falar mais sobre este assunto, posso prejudicar a mim mesmo".

O projeto de lei agrícola, segundo Caiado, contraria as propostas que a UDR tiver para o setor por um período de três a quatro anos. Nesta lei, deverá estar incluído dispositivo que garanta às entidades de produtores a participação em colegiados que definiria os parâmetros para políticas de estoque, de preços mínimos, de exportação, entre outras. Este projeto, destacou, está em fase embrionária. Até 15 de fevereiro, segundo revelou a UDR, as entidades do setor agrícola deverão entregar sugestões para o estabelecimento de uma política global. Entre os dias 15 e 25 uma equipe de juristas redigirá a forma final.

O presidente da UDR salientou que somente defenderá quatro anos com eleições gerais. "Os políticos e os partidos atuais não representam o povo. Numa eleição direta, hoje, 70% do Congresso seria alterado".

A UDR apoia sem restrições as emendas apresentadas pelo Centrão. "Até onde li, não há qualquer sugestão de alteração. As emendas atendem às solicitações de todos os homens que têm posição liberal, contestam a interferência do Estado na economia e vêm ao encontro das aspirações da Nação, ao preservar a livre iniciativa".